

CLARICE, OBRA INTELECTUAL E SENSÍVEL

Publicado em 10/12/2020 – Suplemento Pernambuco

Escrito por Evando Nascimento

Imagens: Luísa Vasconcelos



A “ANTI-INTELECTUAL”

Clarice Lispector entrou em minha vida quando eu tinha dezoito anos, com a leitura de *A legião estrangeira* (1964). Abria-se então um universo inaudito, que me ajudava a sentir e a refletir sobre o humano em geral, sobre o feminino em particular, bem como sobre os animais, as plantas e as coisas.

Levando-se em conta a importância da obra clariciana, nada mais justo do que a multiplicação das homenagens no Brasil e noutros países, a propósito do centenário de seu nascimento. Todavia, como sempre acontece nessas efemérides (palavra que a nordestina Macabéa não entendia e tinha dificuldade de grafar, porém amava), esse grande evento tende a reforçar o mito que se criou em torno da escritora.

No caso de Clarice, é fácil levantar alguns traços, inclusive físicos e existenciais, que compõem a mitologia: personalidade amical mas também

dada a rompanes, beleza física e caráter intuitivo, força mística, precariedade material na infância e após o fim do casamento etc. O fato de ter participado de um congresso de bruxaria em Bogotá reforçou a aura transcendental da existência. Tudo isso é em grande medida verdadeiro, pois há vários testemunhos convergentes, alguns registrados pelas biografias. Ela própria fez questão de afirmar certo anti-intelectualismo, autodefinindo-se em entrevista a Germana Delamare: “Sou ignorante demais para ser uma intelectual. Não sou uma literata. Não vivo no meio dos livros, nem tampouco de flores e de aves, como me acusam às vezes... Sou uma intuitiva, quer dizer, eu sinto mais do que penso...” **[nota 1]**

A ênfase no elemento subjetivo de algum modo oblitera outras leituras que se possa fazer da vida e da obra clariciana. Não interessa tampouco insistir na determinação do biográfico sobre o ficcional, como se a “chave” interpretativa dependesse apenas das vivências pessoais, descartando-se assim a imaginação e as muitas referências literárias ou artísticas. O importante é perceber que, mais além do mito, na própria obra e em articulação complexa com a vida, outros dados podem emergir a um olhar mais desarmado em relação à interpretação mitificadora. Resumidamente, há também diversos componentes, digamos, *reflexivos* nessa ficção e nessa vida, fazendo com que ao menos duas forças operem (todavia, há outras mais): uma de fato mais intuitiva e outra mais racionalizante. Porém ressalto que não há polarização simples, ocorrendo, antes, uma articulação tensa e profícua entre essas duas potências. O que nomeio como uma *literatura pensante* **[nota 2]** se faz por um pensamento que jamais se reduz somente à intuição ou, no polo oposto, à racionalidade, permitindo pensar o impensado e até mesmo o impensável da cultura dita ocidental. E se aqui privilegio uma certa Clarice mais intelectual, é para deslocar o peso excessivo da visada intuitiva sobre a obra.

Começaria apontando um dado bastante curioso. O primeiro e quase desconhecido “ofício” da autora foi o de professora. As aspas em torno da palavra se devem ao fato de que não se tratou de uma verdadeira profissão, mas de um trabalho informal, que exerceu na adolescência. E o que ensinou, quando tinha treze ou quatorze anos? Português e... Matemática, como ela

lembra na entrevista concedida, em 1976, ao Museu da Imagem e do Som (MIS). Conta também que, ainda menina, pôs um anúncio para dar aulas particulares de Matemática. Uma mãe só aceitou porque ela disse que, se não desse certo, não precisava ser remunerada — e deu. “Mas a matemática me fascinava” [nota 3], nada mais surpreendente do que ler tal frase em quem se declarava pouco racional...

E, como ela reconhece nesse mesmo testemunho, o belíssimo *O crime do professor de matemática* (em *Laços de família*) reverbera esse fascínio infantil pelos números, talvez naquele primeiro momento mais do que pelas letras. É justamente nesse conto que podemos flagrar o embate da força reflexiva e da força intuitiva que o sustenta. Trata-se do homem que um dia decide redimir-se de seu próprio “crime”, qual seja, o fato de ter abandonado seu antigo cão, cujo nome era José, quando mudou de cidade. Para isso, ele sobe a uma colina, a fim de enterrar outro cachorro que encontrara morto. A partir daí não há mais propriamente fatos, e a narrativa se passa em “tempos mortos”, expressão utilizada no cinema para as sequências em que quase nada acontece, a não ser o desfilar silencioso de imagens. Vêm então, em monólogo interior, as reflexões do matemático que abandonara friamente o companheiro canino, por não suportar a resistência do outro em permanecer um simples bicho, o qual exigia dele, em contrapartida, que fosse um homem sensível. Todo o jogo textual se faz entre a calculada traição do humano e a sensitiva fidelidade do bicho, demonstrando a capacidade deste último de verdadeiramente amar.

O *Houaiss* contrapõe os adjetivos “discursivo” e “argumentativo” a “intuitivo”. Como se quem argumenta de modo racional pouco tivesse de intuitivo e, de forma simetricamente oposta, quem é intuitivo pouco discorresse sobre suas sensações — eis o tipo de estereótipo que precisa ser sempre abalado. Qual foi então a formação universitária escolhida pela autora emotiva de *A paixão segundo G.H.*? Uma das mais discursivas ou argumentativas: a de Direito, induzida pelo pai, que a achava muito reivindicativa. E seu projeto na época de estudante era nada menos do que uma reforma das penitenciárias, muitíssimo antes de Michel Foucault publicar *Vigiar e punir!*

Clarice entrou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (futura Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 1939, interessando-se por Direito Penal, mas nunca exerceu a profissão, nem mesmo foi pegar o diploma. Quando estudante, publicou dois textos, muito bem argumentados e de temática relevante até hoje, na revista *A época*, editada pelos alunos. No primeiro, *Observações sobre o direito de punir*, desde o título e as primeiras linhas, fica claro o fundamento de sua lúcida reflexão: “*Não há direito de punir. Há apenas poder de punir. O homem é punido pelo seu crime porque o Estado é mais forte que ele, a guerra, grande crime, não é punida porque se acima dum homem há os homens acima dos homens nada mais há*” **[nota 4]** (grifos meus).

É essa jovem que, décadas mais tarde, escreverá um dos textos mais pungentes da cultura literária brasileira: a célebre crônica *Mineirinho*, publicada em 1962, na qual ela comenta com horror a execução policial, com treze tiros, do facínora que aterrorizava o Rio de Janeiro. Não se tratava de redimir o bandido, porém de lembrar o mais elementar dos mandamentos: “não matarás. [...] é a minha maior garantia: assim não me matam, porque eu não quero morrer, e assim não me deixam matar, porque ter matado será a escuridão para mim” **[nota 5]**.

Essa empatia com a morte alheia é explicitada com todas as letras: “O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro”. Sabemos hoje o quanto a “pena de morte” informal, praticada pela polícia e pelos milicianos, se tornou uma norma extraoficial da anomia brasileira. Clarice foi visionária, e decerto repudiaria com veemência a ampliação do famigerado “excludente de ilicitude”, proposto pelo atual despresidente Jair Bolsonaro e seu ex-ministro da Justiça, Sergio Moro, a fim de permitir que os policiais matem ainda mais, sem o risco de serem punidos.

O senso do que merece execração é expresso com todas as letras no texto, sem cair na autoindulgência, como seria fácil:

Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais. Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida. Enquanto isso dormimos e falsamente nos salvamos.

A solução óbvia, no entanto, é sempre adiada: “A justiça prévia”, a que evitasse que o indivíduo se tornasse um criminoso, “essa não me envergonharia”, ou seja, “aquela que vê o homem antes de ele ser um doente do crime”. E arremata: “Uma justiça que não se esqueça de que nós todos somos perigosos, e que na hora em que o justiceiro mata, ele não está mais nos protegendo nem querendo eliminar um criminoso, ele está cometendo o seu crime particular, um longamente aguardado”. Durante a ditadura militar, a lógica do justiceiro triunfou, com os chamados “esquadrões da morte”; e agora também, com as milícias fluminenses, no arremedo de democracia em que nós, os “sonsos essenciais”, vivemos.



A LIBERAÇÃO DAS MULHERES

O segundo texto de juventude, publicado na revista *A época*, é igualmente antecipatório, já em seu título provocativo: *Deve a mulher trabalhar?* [nota 6]. Era o início dos anos 1940 e não, como se poderia supor, o dos 1960, quando a revolução sexual começou para valer. Ela parte da constatação de que “qualquer coisa de absolutamente novo” aconteceu após a Primeira Grande Guerra, e que a mulher naquele momento se achava dividida entre cuidar dos filhos e do marido (tal como será retratado no conto *Amor*, de *Laços de família*, com a personagem Ana) e “o conhecimento de si mesma e de suas possibilidades”. Diante dessa novidade, a conclusão é inequívoca: “a mulher também ‘pode’”.

Depois de expor que as mulheres têm ocupado a cena pública, descarta os extremismos (“cortando, a um só tempo, as asas do feminismo exaltado e as do conservadorismo arraigado”) e conclui:

A mulher moderna estuda. Trabalha. E, suas faculdades despertas e desenvolvidas, constitui seu lar, guiando conscientemente seus filhos. As legislações trabalhistas mais adiantadas abrem um capítulo regulador de suas atividades. Aceita-se a nova ordem que, afinal, se trouxe à mulher a alegria de um pouco de liberdade e, sem dúvida, alguns males, também, não foi por ela provocada, mas pelos acontecimentos mundiais e pela consequente instabilidade da vida moderna.

Em seguida, anexa uma enquete que realizou com outros estudantes sobre o assunto, na qual duas moças entrevistadas se mostram favoráveis ao labor feminino, embora com alguns senões, enquanto um rapaz, “da velha guarda”, se mostra contrário. E a entrevistadora não resiste a fazer uma pergunta “insidiosa” ao jovem conservador. Ela: “Tem notado alguma diferença de nível intelectual, entre os colegas masculinos e femininos, desde o curso primário até agora?” O outro, relutante: “Não”.

A mão feminina que escreveu esses textos de juventude é contemporânea da rebelde Joana, fascinante personagem do romance de estreia, *Perto do coração selvagem*, que se transformou num grande acontecimento literário. A assinatura *Clarice Lispector* foi forjada muito cedo, tendo muito porvir nos anos seguintes. Será a mesma mão que, em novembro de 1977 — um mês antes de morrer —, encerrando literalmente a correspondência numa espécie de bilhete a Lygia Fagundes Telles, manifesta a satisfação de ver Rachel de Queiroz ser eleita para a Academia Brasileira de Letras e expressa o desejo que o mesmo aconteça com Dinah Silveira de Queiroz, com Nélida Piñon e com a própria Lygia, comentando que a ABL “tem uma grande dívida para com as mulheres”. Conclui dizendo que, apesar do respeito pela instituição, “jamais aceitaria entrar nela” [nota 7]. Essas escritoras foram todas eleitas, porém a dívida institucional continua grande... Se Clarice nunca aderiu a nenhum movimento feminista, desde a adolescência até o final se manteve *reivindicativa* quanto ao lugar social das mulheres.

A CONFERENCISTA

Um dos momentos em que argumento racional e intuição mais se combinam na trajetória de Clarice Lispector é uma conferência proferida primeiramente em agosto de 1963, no XI Congresso Bienal do Instituto Internacional de Literatura Íbero-Americana, na Universidade do Texas (EUA), e depois em Brasília (DF), Vitória (ES), Belo Horizonte (MG), Campos (SP) e Belém (PA). *Literatura de vanguarda no Brasil* é um pequeno tratado sobre literatura e cultura brasileiras [nota 8]. Nela, Clarice demonstra sua total imersão na cultura nacional, o que em nada se opunha a seu cosmopolitismo. O contexto da palestra era o da política norte-americana de aproximação da América Latina, após a Revolução Cubana (1953–1959).

Emerge no texto uma noção de vanguarda como experimentação, abordando o tema, tal como anunciado no título, sob um ângulo histórico e local, a partir do exemplo do modernismo brasileiro, inaugurado pela Semana de 1922. Mário de Andrade é a figura emblemática, no sentido de quem se rebelou contra a

estagnação vigente. Esse é o valor heroico (o adjetivo é meu) das vanguardas, que ela avaliza, dizendo que, posteriormente, o escritor vanguardista é assimilado pelas gerações seguintes, e por isso ultrapassado, para contudo renascer mais adiante:

Que já tenhamos inclusive ultrapassado 1922, ainda mais o reafirma como movimento de vanguarda: foi tão absorvido e incorporado que se superou, o que é característica de vanguarda, e se a 1922 nos referimos historicamente, na realidade ainda somos resultado dele.

De vanguarda não mais modernista em sentido histórico, mas contemporâneo nos anos 1960, seriam sobretudo Drummond, João Cabral de Melo Neto, Manuel Bandeira e, com distinção, Guimarães Rosa. A seu modo, ela recorre exatamente a um dos termos-chave para o vanguardismo concretista ainda em vigor nos anos 1960: *ideograma*, o tipo de escrita em que linguagem e referente se fundem — a forma, por assim dizer, faz o fundo, e vice-versa. Como sintetiza a partir de Guimarães Rosa: “Descobrir é inventar, ver é inventar”. Isso explica também seu fascínio por “nosso” português falado e escrito aqui:

A linguagem está descobrindo o nosso pensamento, e o nosso pensamento está formando uma língua que se chama de literária e que eu chamo, para maior alegria minha, de linguagem de vida. Quem escreve no Brasil de hoje está levantando uma casa, tijolo por tijolo, e este é um destino humano humilde e emocionante.

Não há nacionalismo tacanho em Clarice; e esses testemunhos sobre a cultura, a literatura e o idioma brasileiros apenas confirmam a *localização* de sua produção literária, a partir da qual se afirmou sua abertura ao mundo. Hoje sua ficção está cada vez mais internacional, com as diversas traduções realizadas e outras em curso.

Nessa perspectiva, as crônicas estão entre os textos que mais me mobilizam como escritor e como teórico. Há nelas algo de híbrido entre a escrita do

cotidiano e o conto, ou seja, entre vivência real testemunhada e ficção, que faz emergir um pensamento *infamiliar*: são crônicas-contos. Como dito no início, na ficção pensante de Clarice Lispector, emergem *sensações* e *reflexões* únicas sobre o feminino, sobre os animais, as plantas e as coisas.

Acerca dos animais falei amplamente em meu livro, assim como outros intérpretes da obra. Mas o universo floral permaneceu até recentemente inexplorado pela crítica. **[nota 9]** E são os vegetais em C.L. que constituem o tema do capítulo de um livro sobre *O pensamento vegetal* que ora concluo. Na impossibilidade de desenvolver esse tópico, cito parte de um trecho de *Água viva* (1973), em que a narradora-artista “pinta” com palavras suas impressões botânicas, compondo uma belíssima *antologia floral*: “Rosa é a flor feminina que se dá toda e tanto que para ela só resta a alegria de se ter dado”, “Violeta diz levezas que não se podem dizer” e “Adoro orquídeas. Já nascem artificiais, já nascem arte” **[nota 10]**. Trata-se do que nomeio como “a estética da sensitiva”, aberta às formas de vida não humanas.

No momento em que a fauna e a flora no Brasil, nas Américas e em todo o mundo se acham ameaçadas de extinção, com o advento do chamado Antropoceno, nada mais tocante do que ler e reler as ficções pensantes de Clarice Lispector.

OUTROS ESCRITOS, NOVAS LEITURAS

Há uma tendência da crítica, universitária ou não, a privilegiar os textos mais conhecidos dos autores canônicos. Felizmente os estudos literários estão cada vez mais abertos a leituras de publicações menos em vista, como também a levar em consideração documentos não literários. E assim os limites de uma obra já não têm contornos definitivos.

É nesse sentido que se deve saudar com entusiasmo publicações como *Outros escritos* (Rocco) e as entrevistas da série *Encontros* (Azougue Editorial), as quais permitem o acesso a textos menos valorizados pelo meio editorial, como

correspondências, entrevistas, crônicas e artigos dispersos. A publicação recente de *Todas as cartas* (Rocco) possibilita ler testemunhos sobre a obra clariciana se fazendo, por meio da interlocução com seus pares (Paulo Mendes Campos, Lygia Fagundes Telles, Fernando Sabino, João Cabral de Melo Neto, entre outros) e com a própria família (em especial as irmãs Elisa Lispector e Tânia Kaufmann).

É altamente relevante ver como ela recorda o deslumbre de quando leu pela primeira vez *Bliss*, de Katherine Mansfield, traduzido como *Felicidade* por Érico Veríssimo, o qual depois se tornou seu amigo. Foi uma cena de revelação da escritora que ela viria a ser: “De repente eu disse: ‘Ei, isso aí sou eu’. Eu não sabia que Katherine Mansfield era famosa, descobri sozinha. Era o livro *Felicidade*” [nota 11].

Já em carta a Fernando Sabino, enviada de Washington, em 11 de dezembro de 1956, comenta o arrebatamento com a leitura do recém-publicado *Grande sertão: Veredas*: “[E]stou lendo o livro de Guimarães Rosa, e não posso deixar de escrever a você. Nunca vi coisa assim! É a coisa mais linda dos últimos tempos. [...] Acho a mesma coisa que você: genial” [nota 12].

De igual importância são as fotografias e documentos que Nádia Battella Gotlib recolheu e organizou na excelente *Clarice: Fotobiografia* (EdUSP e Imprensa Oficial, 2008). O material iconográfico vem acompanhado de comentários precisos nos anexos. No que diz respeito à relação profissional de Clarice com a imprensa, que vai dos vinte anos até o final da vida, a referência é o livro de Aparecida Maria Nunes, *Clarice Lispector jornalista: Páginas femininas e outras páginas* (Editora Senac, 2006).

Todos esses documentos paraliterários expõem o laboratório da obra, trazendo até nossos olhos *cejas de leitura, de escrita e de vida*. A *bioescrita* literária de Clarice Lispector se fez duplamente nos textos ficcionais e não ficcionais, bem como nos que misturam magistralmente as duas esferas, expandindo o campo do próprio literário. Não há, nessa literatura em sentido ampliado, nem racionalismo nem intuícionismo puros, mas uma combinação das duas

potências inventivas, juntamente com outras. E é tudo isso que se comemora em torno de nossa escritora maior, cujo legado estético, ético e político não para de irradiar seus efeitos.

NOTAS

[nota 1] em *Encontros: Clarice Lispector*, organizado por Evelyn Rocha (Azougue, 2011, p. 69).

[nota 2] Inventei essa categoria na tese de doutorado defendida em 1995 e depois transformada em livro, *Derrida e a literatura* (É Realizações, 3ª edição, 2015). Foi posteriormente retomada e desenvolvida em *Clarice Lispector: Uma literatura pensante* (Civilização Brasileira, 2012).

[nota 3] em *Outros escritos*, organizado por Teresa Montero e Lícia Manzo (Rocco, 2005, p. 160).

[nota 4] *Outros escritos*, p. 45.

[nota 5] em *Para não esquecer* (Rocco, 1999, p. 124). As citações seguintes são, também, de Mineirinho (p. 124–127).

[nota 6] em *Outros escritos*, p. 50–54. As citações seguintes foram extraídas deste texto.

[nota 7] em *Todas as cartas*, organizado por Teresa Montero e Larissa Vaz (Rocco, 2020, p. 782).

[nota 8] *Outros escritos*, p. 95–111. As citações seguintes também pertencem a este texto.

[nota 9] Além do livro de 2012, fiz uma abordagem dessa temática vegetal em 2017, na revista lusa *Caliban*, no artigo *Clarice e as plantas: Uma literatura pensante* (disponível em revistacaliban.net/clarice-e-as-plantas-uma-literatura-pensante-22f3c3111f38).

[nota 10] em *Água viva*, organização de Pedro Karp Vasquez (Rocco, 2019, p. 64–65).

[nota 11] *Outros escritos*, p. 159.

[nota 12] *Todas as cartas*, p. 584.